# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

# 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1. Base de apresentação

- (i) Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações , pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
- (ii) Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada, e todas as demais informações financeiras são apresentadas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam.
- (iii) Demonstração do Valor Adicionado Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada de acordo com o requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- (iv) Aprovação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2019.

# 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

- Consolidação das demonstrações contábeis A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da sua controlada "FULLMETAL Indústria e Comércio S.A.", conforme descrito na Nota explicativa nº 8, considerando os seguintes principais critérios:
- (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Os investimentos nesta empresa controlada estão registrados nas demonstrações contábeis individuais da controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

# • Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas

de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

### Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.

### Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### Estimativas para perdas em crédito

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

#### Estoques

Avaliados com base no menor entre o custo de aquisição e produção e o valor líquido realizável, ajustado por eventuais perdas, quando aplicável.

#### Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

#### Investimentos

O investimento em empresa controlada é reconhecido inicialmente pelo seu custo e posteriormente, ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

#### Outros investimentos

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

#### Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

### • Imposto de renda e contribuição social

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

#### Empréstimos e financiamentos

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 12.

### Provisão para contingências

É atualizada até a data do balanço pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

### • Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

# • Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

#### Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos

ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

### • Uso de estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

# b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

### c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

### d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

#### 2.3. Novas normas e interpretações contábeis vigentes

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme demonstrado abaixo:

#### CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de produtos e serviços. Conforme avaliação efetuada no exercício nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e serviços). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

## CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Essa norma substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 38/IAS 39 e diz respeito à classificação e à mensuração dos instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo de perdas de crédito esperadas); e

(iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração da Companhia analisou os efeitos da aplicação do CPC 48/IFRS 9 — Instrumentos financeiros e, considerando suas transações atuais, concluiu que não houve efeitos significativos nas demonstrações contábeis e em suas respectivas bases de comparação.

### 2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Foram aprovadas e emitidas as seguintes norma e interpretação pelo IASB, que ainda não estão em vigência e, portanto, não foram adotadas pela Companhia. A administração avalia os impactos de sua adoção, conforme mencionado abaixo:

IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento – Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo das arrendatárias reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: a) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e b) contrato com valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. A Companhia não espera que essa norma produza impacto em suas demonstrações contábeis.

IFRIC 23 — Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22) - A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações contábeis após o início de sua vigência em 01 de janeiro de 2019.

## 3. RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, e da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica. Da mesma forma, a Administração da Companhia fez um minucioso estudo de viabilidade quanto à possível adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - (PERT) instituído pela MP 783/2018,convertida na Lei n° 13.496/2018, sob a condição de desistência de parcelamento anterior e decidiu pela não adesão ao novo programa.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos:	23.813	49.103	24.374	49.137
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	25.459.276	29.950.420	34.541.437	38.459.473
Contas de Poupança (b)	2.864	2.698	2.864	2.698
Total	25.485.953	30.002.221	34.568.675	38.511.308

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	3.479.562 (149.471)	2.666.464 (235.716)	5.646.103 (257.863)	4.756.238 (344.108)
Total	3.330.091	2.430.748	5.388.240	4.412.130
_	Controladora		Consolidado	
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer Vencidos até 30 dias Vencidos de 31 a 60 dias Vencidos de 61 a 90 dias Vencidos acima de 91 dias	2.765.974 110.397 15.994 14.487 572.710	1.838.564 126.135 15.854 8.609 677.302	4.612.700 244.123 17.200 14.487 757.593	3.576.401 278.197 23.501 8.609 869.530
Total	3.479.562	2.666.464	5.646.103	4.756.238

#### 6. ESTOQUES

	Control	adora	Consol	idado
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Produtos acabados	1.016.668	1.066.059	1.016.668	1.066.059
Produtos em elaboração	977.320	771.671	1.091.505	970.626
Matérias Primas	2.500.472	2.323.807	2.501.915	2.328.490
Materiais de Consumo	62.164	14.796	62.164	14.796
Adiantamento a fornecedores	794	9.760	794	9.760
Importações em andamento	224.336	531	224.336	531
Total	4.781.754	4.186.624	4.897.382	4.390.262

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

# 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

_	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018 31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	999.593 851.604	540.484 690.632	999.593 1.297.033	550.484 696.110
Total	1.851.197	1.241.116	2.296.626	1.246.594

#### 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria	a e Comércio S.A.
	31.12.2018	31.12.2017
Totais de ativos e Passivos	11.870.720	10.918.289
Total de Receitas	13.903.846	14.464.775
Lucro do Exercício	5.454.734	5.896.445
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	2.751.367	2.972.222
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	2.751.367	2.972.222
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial - dividendos		
distribuídos/recebidos)	2.727.367	2.948.222
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017	2.751.367	2.972.222

# 9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota explicativa na divulgação da Controladora (BR GAAP).

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transaç	Transações		
	Receita de venda de	Receita de venda de		
	produtos	produtos		
	31.12.2018	31.12.2017		
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	6.456.001	7.166.610		

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

### **10. OUTROS INVESTIMENTOS**

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de

Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

#### 11. IMOBILIZADO

#### Controladora

		31/12//2018		31/12/2017	Taxa de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líguido	
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	13.181.118	11.553.936	1.627.182	431.230	4%
Equipamentos	19.311.781	13.149.330	6.162.451	6.628.425	10%
Instalações	1.304.854	949.165	355.689	430.125	10%
Móveis e utensílios	719.958	635.531	84.427	89.991	10%
Equipamentos de processamento de dados	727.790	690.420	37.370	42.003	20%
Ferramentas e utensílios Técnicos	2.801.082	2.710.693	90.389	85.561	20%
Veículos	139.311	92.536	46.775	13.497	20%
Imobilizações em curso	937.766	-	937.766	29.886	-
	40.281.048	29.781.611	10.499.437	8.908.106	- •

#### Consolidado

		31/12/2018		31/12/2017	
		Depreciação			Taxa de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	13.181.118	11.553.936	1.627.182	431.230	4%
Equipamentos	19.762.698	13.434.943	6.327.755	6.838.821	10%
Instalações	1.304.854	949.165	355.689	430.125	10%
Móveis e utensílios	721.175	636.160	85.015	90.701	10%
Equipamentos de Processamento de dados	727.790	690.420	37.370	42.003	20%
Ferramentas e utensílios	2.801.082	2.710.693	90.389		
Técnicos				85.561	20%
Veículos	139.311	92.536	46.775	13.497	20%
Imobilizações em curso	937.766	-	937.766	29.886	-
	40.733.182	30.067.853	10.665.329	9.119.212	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	8.908.106	9.496.144	9.119.212	9.752.463
Adições	3.459.046	1.027.332	3.459.046	1.027.332
Baixas	(301.452)	-	(301.452)	-
Depreciação	(1.566.263)	(1.615.370)	(1.611.477)	(1.660.583)
Saldo no fim do exercício	10.499.437	8.908.106	10.665.329	9.119.212

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

#### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### Controladora e Consolidado

	31.12.2018	31.12.2017	
Bancos Privados	19.679.231	22.112.285	а
Banco do Brasil S/A	24.213.727	30.507.399	b
	43.892.958	52.619.684	
Parcelas de curto prazo	(19.714.850)	(22.262.224)	
	24.178.108	30.357.460	

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, ante a declaração de quitação geral e plena da dívida com a Massa Falida do Banco Comercial Bancesa, ocorrida no mês de maio de 2018, houve o reconhecimento da receita por repactuação de passivo cujo impacto positivo no resultado foi de R\$ 3.048.686.

b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exeqüente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com ultima parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais clausulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011,, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.156.228.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

# 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

# Controladora

		31.12.2018		31.12.2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	485.257 134.443 217	2.021.371	2.506.628 134.443 217	2.390.946 76.981 179
·	619.917	2.021.371	2.641.288	2.468.106
		Consolidado 31.12.2018		31.12.2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	513.277 209.340 217	2.021.371	2.534.648 209.340 217	2.425.342 235.793 179
	722.834	2.021.371	2.744.205	2.661.314

# 14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2017	50.872.733
Pagamentos efetuados até dezembro de 2017	(5.882.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.335.225
Atualização pela TJLP em 2018	2.432.997
Pagamentos efetuados em 2018	(240.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.527.250
Menos - Circulante	(240.972)
Não circulante	85.286.278

# 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017		
Cível Total da provisão para contingências Depósitos judiciais	1.976.661 1.976.661 (1.976.661)	2.054.862 2.054.862 (1.957.825)		
Provisão para contingências, líquida		87.037		

Movimentação das adições e baixas.

	Controla	dora	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	2.054.862	626.530	2.054.862	626.530
Adições	8.836	1.428.332	8.836	1.428.332
Baixas	(87.037)		(87.037)	
Saldo no fim do exercício	1.976.661	2.054.862	1.976.661	2.054.862

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Consolidado
	31.12.2018	31.12.2017
Cível	422.840	328.185
	422.840	328.185

# 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.108.737	(1.405.676)
Equivalência Patrimonial	(5.454.734)	(5.896.445)
Outras Adições/exclusões permanentes	48.306	49.056
Resultado Fiscal antes da compensação de prejuízos	702.309	(7.253.065)
fiscais		
(-) Prejuízo fiscal compensável	(210.693)	
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	491.616	(7.253.065)
Imposto de renda à alíquota de 15%	73.742	-
Imposto de Renda à alíquota de 10%	25.162	-
Contribuição social à alíquota de 9%	44.246	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	143.150	-
	Consol	idado
	31.12.2018	31.12.2017
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		
	555.556	452.671

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 25.276 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

#### 17. CAPITAL SOCIAL

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 , o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos.

#### O Capital Social está distribuído conforme segue:

				Qde.	Total das ações		%
Acionistas físicas	domiciliados	no	País - pessoas	833	3.550.626	•	29,84
Acionistas jurídicas	domiciliados	no	País - pessoas	25	8.349.374		70,16
Total				858	11.900.000	-	100,00

#### b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

### 18. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos <u>lucros básico</u> por ação:

		2018				2017	
	Ordinárias	Preferências	Total		Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do				-			_
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	_	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do							
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	_	3.966.667	7.933.333	11.900.000

	Controladora		
	31.12.2018	31.12.2017	
Lucro/ Prejuízo no final do exercício	5.965.588	(1.405.676)	
Media ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro/Prejuízo por ação básico	0,501310	(0,118124)	

### 19. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 possuem a seguinte composição:

	Controlad	l <u>ora</u>	Conso	olidado
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta de Vendas	19.901.846	21.628.064	27.849.389	29.958.578
(-)Impostos incidentes s/vendas	(3.308.593)	(3.548.789)	(4.270.441)	(4.631.398)
(-)Abatimentos e Devoluções	(291.128)	(627.453)	(667.551)	(916.732)
Receita Liquida de Vendas	16.302.125	17.451.822	22.911.397	24.410.448

# 20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consoli	dado
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas e custos por função				
Custo dos produtos vendidos	17.821.223	17.024.594	18.537.739	17.178.673
Despesas operacionais	5.802.860	7.569.660	6.832.470	8.734.212
	23.624.083	24.594.254	25.370.209	25.912.885
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	8.757.101	8.250.416	9.042.276	7.996.365
Despesas com pessoal e encargos	8.479.118	7.856.075	8.861.532	8.223.087
Despesas de alugueis e correlatos	3.064	2.608	53.464	53.008
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	496.837	628.183	532.069	642.801
Despesas de depreciação e				
amortização	1.566.263	1.615.370	1.611.477	1.660.583
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	-	1.417.877	-	1.522.124
Outras despesas	4.331.700	4.813.725	5.269.391	5.814.917
	23.634.083	24.594.254	25.370.209	25.912.885

# 21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 80 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e

trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2018, R\$ 64 mil até o exercício de 2017 e estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

#### 22. RESULTADO FINANCEIRO

	Contro	oladora	Consolio	Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017		
Despesas financeiras: Juros sobre						
empréstimos	(625.971)	(572.526)	(625.971)	(572.526)		
Despesas bancárias Juros, parcelas	(30.283)	(30.546)	(33.302)	(33.053)		
fiscais LP e s/tributos	(2.999.751)	(2.787.452)	(2.999.751)	(2.787.452)		
Outras	(12.818)	(3.843)	(15.713)	(4.225)		
	(3.668.823)	(3.394.367)	(3.674.737)	(3.397.256)		
Receitas financeiras: Aplicações financeiras Descontos obtidos Juros ativos	2.227.051 2.264 43.753	2.540.591 1.032 124.757	3.219.914 6.250 51.981	3.230.650 6.454 140.908		
Variação cambial: Variação cambial ativa Variação cambial passiva	2.273.068 41.044	2.666.380 12.825 (18.197)	<u>3.278.145</u> 41.044	3.378.012 12.825 (18.197)		
_	41.044	(5.372)	41.044	(5.372)		

#### 23. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são assim contratadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Responsabilidade civil	2.840.000	1.840.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	20.777.000	17.057.000
Veículos	139.024	85.151
	23.756.024	18.982.151

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

A recuperação das instalações atingidas nos sinistros de 15 de abril e de 01 de julho últimos, seja na parte da construção civil, seja de máquinas, equipamentos, instalações elétricas e benfeitorias, foram totalmente executadas com recursos próprios do caixa da Companhia, estando atualmente em sede de apuração final do valor a ser indenizado pela seguradora conforme contrato vigente.

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

A política de risco está sob a gestão do Conselho de Administração, que define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificáveis como aceitáveis pela Administração. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos:

#### a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

### b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

### c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

# d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.